

TERRITORIALIDADES PERIFÉRICAS: MST, QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO¹

Deni Ireneu Alfaro RUBBO*

Mais de um quarto de século depois de sua fundação e mundialmente reconhecido, em meio a várias controvérsias e ao serviço permanente de desinformação praticado pela mídia, o MST continua fazendo história por uma luta que é histórica no Brasil. Para muitos, inclusive, o MST constitui uma das maiores novidades da história política contemporânea do campesinato brasileiro e a voz mais expressiva da questão agrária na América Latina. Desde sua origem, há quase três décadas, em que o movimento era uma pequena organização da região Sul do país, atravessou várias etapas de formação, estendendo e consolidando suas bases em escala nacional, e, finalmente, articulando-se nas lutas sociais internacionais.

Com apenas essas breves informações, já seria assegurada a total pertinência e a necessidade de dedicar-se à leitura do livro *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, organizado por Miguel Carter. Resultado de uma conferência internacional realizada em outubro de 2003 com patrocínio do *Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford*, o livro é composto de dezesseis capítulos produzidos e revistos entre 2004 e 2007, distribuídos em quatro seções, com mais uma generosa introdução e conclusão do próprio organizador, e consiste em uma grandiosa empreitada. Basta dizer que a antologia se abasteca em investigações criteriosas assentadas em ampla reunião de documentos, sistematização e atualização de dados sobre a reforma agrária, pesquisa empírica, quadros e mapas com informações do MST, entrevistas de campo com acampados, etnografia, além de uma farta bibliografia sobre o tema. São ao todo dezenove colaboradores, de

* Mestre em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900. – deni_out27@uol.com.br

¹ Resenha da obra: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

diversos países, predominantemente brasileiros, em uma perspectiva interdisciplinar e internacional, visando fornecer amplo campo reflexivo não apenas circunscrito ao MST, mas também sobre a evolução histórica da reforma agrária no Brasil.

É descrevendo duas imagens emblemáticas – a inauguração da boutique de luxo Daslu e a marcha do MST para Brasília – ocorridas em 2005 apenas com alguns dias de diferença, que Miguel Carter descortina o agudo contraste vivido pelo país. De um lado, a presença preponderante dos políticos conservadores e, doutro lado, políticos progressistas engajados na luta pela reforma agrária. Como era de se esperar, são os primeiros que mantêm o Brasil, mesmo com um relativo crescimento econômico nos últimos anos, entre as nove nações mais desiguais do mundo, na avaliação feita pelo Banco Mundial em mais de 123 países.

Os três artigos que abrem a primeira seção do livro aplicam-se à questão agrária e aos movimentos sociais do campo em sua dimensão histórica, política e econômica no país periférico. Desde os anos 50 começa a desenhar-se um sólido debate sobre a questão agrária no país, vendo-se o pensamento econômico brasileiro culminar em quatro orientações diversas, quais sejam: 1) a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sustentava a existência de **restos feudais** na agricultura brasileira e a defesa da legislação trabalhista no campo; 2) a de setores da Igreja Católica, que inicialmente eram conservadores em relação à reforma agrária, mas, posteriormente, refizeram sua posição e ofereceram o fundamento teórico para novas práticas teológicas, conhecidas como **teologia da libertação**; 3) a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e 4) o pensamento de um grupo de economistas oriundos da Universidade de São Paulo (USP) protagonizado pelo economista Delfim Neto, que assegurava a tese da **modernização agrícola sem reforma agrária**. O grupo em especial será colaborador orgânico da ditadura civil-militar deflagrada a partir de 1964, e será o principal formulador do que Delgado chama de “processo de modernização conservadora no campo”, *id est*, o “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” que se caracterizou principalmente “[...] pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais e máquinas industriais.” (DELGADO, 2010, p.85).

Depois do período da “modernização conservadora”, a economia agrária do país, no espaço-tempo da democracia liberal, enveredou para a lógica do **ajustamento constrangido** que, em poucas palavras, revela-se um aprofundamento da etapa anterior, conquanto com a novidade de uma intensidade visceral do **capital financeiro** na agricultura e da entrada das empresas transnacionais na economia. Além disso, os programas de modernização do campo, além de não terem alterado a estrutura fundiária brasileira nos últimos cinquenta anos, aumentaram significativamente o trabalho precário no campo e o desemprego crônico, em função

do aumento de tecnologia e necessidade de especialistas. Definitivamente, não é mais novidade que nas formações sociais periféricas, como é o caso brasileiro, progresso técnico e conteúdo conservador articulam-se intimamente.

Nesse processo de intensas transformações no campo brasileiro eclodiram centenas de conflitos e mobilizações que agitaram a situação social do país principalmente a partir da década de 1950. Mas atenção: é necessário ressaltar que as lutas sociais no campo derivam de uma longa história – os exemplos mais **clássicos** são as lutas de Canudos e de Contestado – com componentes milenaristas e religiosos em torno do acesso à terra, o que deixou marcas profundas na memória coletiva dos explorados e oprimidos. A recuperação crítica das lutas anteriores, de suas marcas e de suas bandeiras, de suas grandezas e de suas misérias, é precípuo para um entendimento qualificado acerca das lutas sociais camponesas contemporâneas.

Ao configurar um panorama profundo acerca dos ritmos políticos, econômicos e históricos priorizando a situação social específica do campo brasileiro, é que se enceta a compreensão da história e da mobilização da luta **pela** terra do MST – tema da segunda parte do livro. O estabelecimento do MST na maioria das regiões do país, assim como a cristalização de sua estrutura organizativa, dar-se-ia não de forma homogênea, mas, ao contrário, de forma desigual e irregular, todavia suficiente para influenciar, em ocasiões específicas, o movimento como um todo, como se pode notar nos três textos dedicados a narrar às particularidades e o impacto do MST em três regiões específicas: 1) no Rio Grande do Sul emergiram as primeiras formas de organização e o ativismo público como expressão de uma forma particular de conflito social que combina pressão social e negociações com as autoridades do Estado; 2) no Pará, marcado por um lento processo de penetração do movimento, pela tradição de luta dos posseiros e de outras organizações do campo, que fez com que a atuação do MST fosse modesta, muito embora o massacre do Eldorado dos Carajás tenha sido o ponto de inflexão para o movimento; 3) Pernambuco, região de maior número de ocupações de terra desde a segunda metade da década de 90, é analisado a partir de uma interessante etnografia pela **forma** acampamento na zona da mata pernambucana, uma dinâmica de ocupações curiosa, já que na região canavieira não existia a demanda por terra, ela foi produzida pelos movimentos por alimentar a crença em indivíduos dispostos em apostar na melhoria de vida debaixo das lonas pretas, “eles participaram de ações que produziram o efeito de fazer existir uma ‘luta pela terra’”, como avalia Lygia Sigaud (2010, p.256).

Da luta **pela** terra para a luta **na** terra: os assentamentos da reforma agrária aparecem como resultado da luta pela terra. Impõe-se doravante um ponto de partida de novas demandas nesse espaço socioterritorial multidimensional. Ainda que o MST tenha uma unidade, não raras vezes suas ações regionais possuem

ritmos dissonantes em locais diversos e os assentamentos não escapam dessa configuração: as múltiplas trajetórias de vida, assim como a diversidade de mediadores na luta pela terra são fortes indícios do quanto um assentamento pode ser diverso de outro. Desse modo, os quatro textos que compõem a terceira parte do livro, a partir de estudos de caso, desvendam a situação social específica de cada assentamento, apontando seus limites e avanços. Nesse sentido, os trabalhos de campo revelam os limites do MST na relação entre assentados e direção regional, na construção de uma unidade que, muitas vezes, fragmenta-se e espalha-se na tensão da vida cotidiana quando o assentamento não se concretiza. No desconhecimento das normas culturais, na relação entre terra e trabalho e da complexa história da vida local, nos sentimentos conflitantes em relação a uma expectativa de laços comunitários que se alimenta na circunstância do acampamento e se dilui conforme os impasses do assentamento, o que gera um clima de decepção, frustração e dissidência. Ainda que esses casos não constituam verdadeiras exceções no universo rural do MST, não podemos, por outro lado, generalizar facilmente essas fraquezas e ocultar os avanços dos assentamentos rurais. O desenvolvimento desigual na formação dos assentamentos no Estado de São Paulo – examinados pelo estudo de Sonia Bergamasco e Luiz Norder – indica um conjunto de melhoria substantiva das condições de vida social do coletivo, dinamizando as relações econômicas e produtivas com os municípios e mudando o cenário político local.

Não poderia estar ausente do livro uma análise entre o MST e as autoridades do Estado, na qual em cada governo (Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula) houve uma forma particular de se relacionar com o movimento. Na administração de Cardoso, sabe-se bem que houve um emaranhado de tensões e conflitos em torno de projetos governamentais que o MST sistematicamente apontou como oposto à resolução da questão agrária. No entanto, se de um lado, no caso do governo de Cardoso a oposição se fez claramente por ambas as partes, ou seja, na ativa pressão social de um lado e na criminalização do outro, no governo Lula, por outro lado, a situação muda radicalmente de configuração. De fato, as duas organizações – o PT e o MST – reconheceram-se historicamente em inúmeras alianças, parcerias e projetos em comum, inclusive com militantes atuando em ambas as organizações. E mesmo que tivessem ocorrido não raras divergências do MST com tendências específicas do PT, o movimento sem terra apostou na candidatura de Lula, em 2002. Todavia, o governo optou por solucionar um projeto de reforma agrária não em vista da desapropriação integral ou parcial dos latifúndios, mas com medidas administrativas e gerenciais para o fortalecimento do agronegócio, do latifúndio, da agricultura familiar e dos assentamentos existentes da reforma agrária, ainda que nem todos os assentamentos tivessem sido beneficiados.

Nesse contexto, o MST desenvolveu nos últimos oito anos uma existência **bifronte**: de um lado, a dependência que os assentados criaram em relação ao governo para financiar a agricultura familiar. De outro lado, a existência de centenas de pessoas vivendo debaixo de lonas pretas à espera de que o governo pró-agronegócio e pró-latifúndio faça a distribuição de terra prometida. Ou seja, o MST tem buscado superar essas contradições que fazem ouvir tanto vozes críticas ao lulismo como vozes de acomodação ao atual modelo de desenvolvimento econômico (BRAGA, 2012). Afinal, se é verdade que o MST está diante do enigma da esfinge da cultura brasileira, em um contexto em que os movimentos sociais refrearam suas manifestações eliminando todo o timbre de radicalismo, é imperativo que a organização dos sem-terra resolva um problema **exclusivamente político**, rompendo todos os seus vínculos com a hegemonia lulista.

Embora não seja objeto de um estudo específico, o tema do internacionalismo do MST pode ser visto nos interstícios de alguns dos artigos presentes, contribuindo com indicações instigantes a um eixo de pesquisa ainda bastante inexplorado. Note-se, por exemplo, que o movimento passou a se articular e a se fortalecer na construção de numerosas parcerias e alianças políticas, permanentes e transitórias, com destaque da Via Campesina, um movimento internacional que aglutina centenas de movimentos sociais rurais contemporâneos, e que influencia o MST a exercer uma compreensão mais holística dos obstáculos à reforma agrária. Ademais, existem inúmeras coalizões internacionais que ajudam a canalização de recursos para projetos específicos, como programas educativos e projetos de desenvolvimento rural. Exemplo expressivo são os permanentes intercâmbios de formação e solidariedade com governos de outros países, como a Venezuela, que apoiou a criação da Escola Latino-americana de Agroecologia (ELA), em Lapa, Paraná, e a colaboração do MST, desde 2006, na constituição do Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire, na Venezuela.

De qualquer modo, este insubstituível livro-referência para os investigadores da questão agrária e do MST, incita os leitores a que registrem mudanças repentinas, devido às circunstâncias da política e da economia, verifiquem a dinâmica da organização interna dos sem terra, procurem distinguir os múltiplos cenários, os vários vínculos capilares que a luta do MST criou, contextualizem e ressaltem os fatos históricos, a complexidade e a heterogeneidade da base à direção do movimento. Assim, tornar-se-á possível construir e realizar uma análise profunda e de qualidade crítica, seja qual for a natureza do problema da pesquisa, ao invés de difundir uma imagem fixa, ou aquilo que Albert Hirschman denominou como a “retórica da intransigência”, como fazem alguns intelectuais que instrumentalizaram o conhecimento a partir das demandas pelo Estado e pelo mercado. Abre-se, desse

modo, um poderoso livro que registra as marcas significativas de uma luta que continua **inconclusa** e em **aberto** na história do último quarto do século XX e no limiar do século XXI.

Referências

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.79-112.

SIGAUD, L. M. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.237-256.

Recebido em 22/11/2012.

Aprovado em 12/05/2013.